

Alimentação e saúde, prioridades sociais

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Para tentar melhorar o nível de saúde da população de baixa renda, principalmente a infantil, serão empregados no próximo ano Cr\$ 19,5 trilhões. O "pacote" anunciado ontem pelo presidente José Sarney prevê para a área social quatro programas prioritários: dois no setor de alimentação e nutrição, visando a diminuir a mortalidade infantil e os riscos de redução da capacidade mental, um universalizando a assistência à saúde mediante a descentralização e ampliação da oferta de serviços, e o outro criando o "Programa de Medicamentos e Imunobiológicos essenciais".

Para garantir um litro diário de leite a dez milhões de menores de sete anos de famílias com renda até dois salários mínimos (Cr\$ 1,2 milhão), serão empregados a partir de 1989 Cr\$ 14,6 trilhões por ano. A meta do "Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes" constante em exposição de motivos encaminhada ao presidente pelo ministro do Planejamento, João Sayad, prevê a distribuição gratuita de 246 milhões de litros de leite no próximo ano a 1,5 milhão de crianças, ao custo de Cr\$ 1 trilhão. A partir de 1989, prevê-se a distribuição de 3,65 bilhões de litros de leite por ano, que a preços de 1986 custarão Cr\$ 14,6 trilhões.

A expansão do "Programa nacional de alimentação escolar", no âmbito do Ministério da Educação, prevê o fornecimento de merenda todos os dias, inclusive nos períodos de férias, a todos os estudantes, até 14 anos, incluindo também os irmãos em idade pré-escolar (quatro a seis anos) matriculados na rede oficial de ensino fundamental, onde o risco de redução da capacidade mental atinge hoje cerca de cinco milhões. A meta do Ministério é ampliar a assistência alimentar prestada pela Fundação de Assistência ao Estudante para 260 dias por ano, beneficiando 25 milhões de escolares dos sete aos 14 anos e, adicionalmente, cerca de cinco milhões de pré-escolares que passarão a constituir o novo "público-alvo" do programa. Para isso serão necessários Cr\$ 3,4 trilhões adicionais.

Já a melhoria das condições de atendimento à saúde da população envolverá ampliação da oferta e melhoria da qualidade dos serviços prestados, o que se pretende conseguir com a redução da capacidade ociosa da rede pública, calculada em cerca de 50% da capacidade instalada. A proposta constante do "pacote" é descentralizar o máximo possível estes serviços através das redes estaduais, municipais e comunitárias.

Na área de medicamentos, a prioridade será assegurar disponibilidade de cerca de 40 produtos entre os constantes da lista básica da Relação Nacional de Medicamentos (Rename) às pessoas atendidas pela rede pública de serviços de saúde, onde o receituário desses remédios será obrigatório. Para isto estão previstos Cr\$ 1,5 trilhão, incluindo-se o desenvolvimento de auto-suficiência em imunobiológicos (vacinas e soros), a cargo da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) vinculada ao Ministério da Saúde, e reforço na implantação do Programa de Sangue e Hemoderivados (Prosangue), através da ampliação da rede de hemocentros.

partir das sugestões de apoio efetivo à atividade, cuja sustentação seria garantida com recursos do Tesouro Nacional. O programa será coordenado pela Seplan e executado pela Secretaria Especial de Ação Comunitária — Seac — utilizando-se preferencialmente cupons para compra do leite.

Em relação à expansão da merenda escolar também nos períodos de férias, entende o ministro Marco Maciel que esta medida reduzirá significativamente a evasão e repetência, proporcionando a um só tempo crescimento saudável das crianças e adolescentes e melhoria dos índices de aproveitamento escolar. Já o



Sayad: medidas para combater a pobreza absoluta

Lembrando compromisso assumido pelo atual governo de atuar decisivamente na reversão das condições que impõem padrões de pobreza absoluta a parcelas expressivas da população brasileira, o ministro Sayad assinala que propiciar alimentação adequada à população infantil constitui "inegável prioridade".

A intenção do governo é descentralizar totalmente o sistema de distribuição dos alimentos básicos às populações carentes e estabelecidas nestes programas, procurando com isto eliminar interferência de mecanismos burocráticos, mobilizando com este objetivo entidades comunitárias. A meta do governo é incorporar gradativamente o "público-alvo" nestes programas no período de 1986/89, iniciando-os pelas áreas de maior densidade populacional.

Também estão previstos desdobramentos em nível agropecuário para implementação do "Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes". A idéia é efetuar, paralelamente, amplo diagnóstico do sub-setor leiteiro do País, propondo-se a

atendimento às crianças entre 4 e 6 anos tem por finalidade enfrentar o problema das que chegam à escola impossibilitadas de obter bom rendimento em razão de seqüelas provocadas pela desnutrição, calculando-se que por este motivo cinco milhões delas correm sérios riscos de redução da capacidade mental.

O ministro João Sayad reconhece, também que a universalização da assistência à saúde exigirá "profunda reformulação" na forma de organização do sistema de serviços de saúde e suas condições de operação. Ele admite que, entre outras distorções, observa-se no setor "insuficiência das ações preventivas, irregularidade na disponibilidade de insumos e na distribuição de medicamentos essenciais, e elevado índice de perda de remédios marca Ceme", recomendando neste sentido "ação vigorosa" para melhorar o desempenho do sistema de assistência farmacêutica no País, através da co-gestão do sistema pela Ceme, Inamps e secretarias estaduais de Saúde.